



Revista  
de Psicologia

ISSN 2179-1740

## CRIANÇAS INDÍGENAS NO BRASIL: QUAL A CONTRIBUIÇÃO DAS PESQUISAS EM PSICOLOGIA?

*INDIGENOUS CHILDREN IN BRAZIL: WHAT IS THE CONTRIBUTION FROM  
PSYCHOLOGY RESEARCHES?*

Suzana Santos Libardi<sup>1</sup>

Alana Gabriela Barros Doia da Silva<sup>2</sup>

### Resumo

O presente trabalho discute como crianças indígenas têm sido abordadas nas pesquisas em psicologia no Brasil. Para isso, apresentamos resultados de levantamento bibliográfico realizado na área da psicologia, cotejando-os com outras três áreas do conhecimento (educação, antropologia e sociologia), por meio do qual contemplamos artigos publicados em periódicos nacionais considerados de alta qualidade. Primeiramente, foi feita seleção dos periódicos para considerar apenas os promovidos por instituições brasileiras de cada área. Selecionamos 192 revistas, sendo 42 da psicologia. Depois, oito descritores foram buscados nos resumos dos artigos, sem aplicação de qualquer restrição quanto à data de sua publicação. Considerando as quatro áreas, ocorreram 6.264 artigos, mas apenas 36 (0,57% do total) reportam pesquisas sobre infância(s)/criança(s) indígena(s). Especificamente da psicologia de 2.946 ocorrências, apenas 4 (0,13% dos artigos da área) tratam dessas crianças. A leitura integral dos trabalhos mostrou que, quando tais crianças são ouvidas, os desenhos, a identidade, a cultura, as brincadeiras das crianças indígenas aparecem como temas para a psicologia. O trabalho demonstra a pouca visibilidade desse grupo geracional, étnico e racial nas áreas pesquisadas, permitindo constatar que a psicologia precisa cada vez mais dedicar-se à escuta dessas crianças em contextos de pesquisa.

**Palavras-chave:** Crianças indígenas; pesquisa bibliográfica; pesquisas com crianças; psicologia.

### Abstract

This work aims at discussing how indigenous children have been approached in psychology researches in Brazil. We presented the results of a bibliographical research carried out in the psychology area, comparing them with three other areas of knowledge (education, anthropology and sociology). We collected articles published in highly rated national journals. Firstly, the selection of journals was performed considering only those supported by Brazilian institutions of each area. We selected 192 journals, from which 42 are from psychology. Subsequently, eight descriptors were searched in the paper abstracts, without applying any publishing date restrictions. Considering the four areas, 6.264 papers appeared in our search, however only 36 of those papers (0,57% of the total) report researches on indigenous childhood(s)/child(children). Regarding psychology, among 2.946 papers which appeared in our search, only 4 papers (0,13% of the papers of the area) approach those children. After thoroughly reading the articles, it was observed that when such children are heard, the drawings, identity, culture, games appear as themes for psychology studies. This work demonstrates the low visibility of this generational, ethnic and racial group in the researched areas, allowing us to observe that psychology needs more and more dedicate itself to listening to these children in research contexts.

**Keywords:** Indigenous children; bibliographical research; research with children; psychology.

<sup>1</sup> Suzana Santos Libardi, professora adjunta da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) – Campus do Sertão e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Diversidades e Educação no Sertão Alagoano (NUDES), da mesma instituição. Brasil. E-mail: suzana.libardi@delmiro.ufal.br Endereço completo: UFAL-Sertão, Secretaria de Cursos. Rodovia AL 145, Km 3, nº 3849, Cidade Universitária. CEP: 57480000 - Delmiro Gouveia, AL – Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2185-6786>

<sup>2</sup> Alana Gabriela Barros Doia da Silva, estudante de graduação de Licenciatura em História da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) – Campus do Sertão, onde integra o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Diversidades e Educação no Sertão Alagoano (NUDES). Brasil. E-mail: alanasilva@delmiro.ufal.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9187-7304>

Os estudos da infância vem se constituindo no Brasil como área de intercâmbio entre disciplinas como educação, psicologia, sociologia, antropologia, entre outras. Esse campo concebe a infância como grupo geracional (Alanen, 2001) e as crianças como sujeitos sociais ativos que estão em relação de interdependência com sujeitos de outros grupos geracionais (Wyness, 2003). Considerando que tais estudos têm se apresentado como interdisciplinares e, mais do que isso, considerando que pesquisas com crianças são realizadas por pesquisadores/as de várias áreas do conhecimento, este trabalho analisa parte da produção científica da psicologia publicada no Brasil.

Historicamente, os estudos da infância têm se debruçado mais sobre as infâncias urbanas (Silva, Silva & Martins, 2013). Só mais recentemente, crianças moradoras da zona rural vêm sendo contempladas em pesquisas empíricas cunhadas pelo referido campo. Na zona rural estão localizadas muitas comunidades tradicionais, onde infâncias são socialmente produzidas, geralmente guardando algumas diferenças das infâncias urbanas.

As comunidades tradicionais são vistas no Brasil como possuidoras de uma cultura própria (Decreto n. 6.040, 2007). Sua reprodução e reconhecimento, por meio dos órgãos responsáveis, têm como foco o território vivido, pois é a partir dele que se organiza a sociedade, religião, cultura, tradição e ancestralidade desses grupos populacionais. Dentre os vários povos contemplados pelo conceito de comunidade tradicional encontram-se as comunidades indígenas. Sendo assim, comunidades indígenas localizadas no meio rural, por exemplo, engendram a infância conforme as práticas culturais, as tradições e a organização social que se concretizam em seus territórios, produzindo socialmente uma infância indígena e, nesse caso, simultaneamente uma infância do campo.

Os povos indígenas no Brasil “crescem e multiplicam-se, como demonstra os últimos censos” (Almeida, 2010, p.19), visto que mais pessoas no Brasil têm se auto-nomeado indígenas como reivindicação de sua identidade étnico-racial, sendo tal aumento decorrente não apenas do crescimento numérico da população, mas sim de mais pessoas e mais grupos sociais afirmarem-se indígenas. Isso também sinaliza a existência de culturas próprias que se mantêm vivas (Terena, 2003) dentro do território do país.

Os aldeamentos indígenas têm sido adotados como *locus* por pesquisas empíricas localizadas no campo dos estudos da infância (Marques, 2002) e em várias áreas do conhecimento (Brostolin & Cruz, 2011; Domingues-Lopes, Oliveira & Beltrão, 2015; Zoia & Peripolli, 2010), visibilizando o lugar que crianças ocupam na estrutura social específica destas comunidades. Diante do cenário político nacional de ameaças concretas aos direitos dos povos tradicionais, e considerando o cenário da produção acadêmica no contemporâneo, o objetivo do presente trabalho é apresentar como pesquisas publicadas na área da psicologia no Brasil têm abordado crianças/infâncias indígenas. Realizamos um levantamento para identificar quais pesquisas sobre crianças e infâncias indígenas têm sido publicadas por revistas nacionais muito bem avaliadas da psicologia.

## MÉTODO

A pesquisa realizada foi do tipo bibliográfica, sendo feito levantamento de artigos para identificar produções acadêmicas sobre crianças indígenas. Contemplamos quatro áreas do conhecimento: psicologia, educação, antropologia e sociologia. No presente trabalho, apresentamos um recorte dos dados obtidos para visibilizar precisamente produções da psicologia. Todavia, não apresentamos as análises sobre publicações da psicologia de forma isolada, mas sim relativizando-as diante da quantidade de publicações das outras áreas contempladas - o que permitiu apreciação da produção da psicologia localizando-a junto a publicações de outras áreas das ciências

humanas. Além disso, como dito antes, crianças indígenas vem sendo estudada por pesquisadores/as de variadas áreas do conhecimento (Cohn, 2013; Silva, Macedo & Nunes, 2002; Borges, 1999); entre elas as quatro áreas citadas anteriormente e, por isso, as mesmas foram contempladas na pesquisa.

Realizamos, nas quatro áreas, levantamento bibliográfico de artigos publicados em periódicos nacionais considerados de altíssima qualidade, com vistas a acessar produções bem avaliadas pela comunidade acadêmica e que tenham alcançado boa circulação entre os pares no Brasil. Adotamos os periódicos nacionais avaliados como A1 e A2, nas áreas da psicologia, educação, antropologia e sociologia, pelo ranque Qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), mais atualizado à época da realização da pesquisa e disponibilizado *online* na Plataforma Sucupira. O método de realização do levantamento ocorreu em duas etapas.

A primeira etapa selecionou os periódicos a serem adotados com vistas a considerar apenas aqueles promovidos por instituições brasileiras das áreas em análise. Em cada área, consideramos apenas periódicos de instituições nacionais e da mesma área (ou seja, promovidos por instituições, departamentos e/ou programas de pós-graduação brasileiros da área específica). Isso foi feito por dois motivos: a) porque a avaliação Qualis contempla periódicos nacionais e internacionais, mas nosso interesse estava apenas naqueles primeiros (visto que nosso foco era conhecer a produção científica veiculada no país, sem peso à nacionalidade dos/as autores/as); b) porque o conceito Qualis, até aquele momento, vinha sendo atribuído por área, de modo que na lista das revistas avaliadas na área da educação, por exemplo, não constam periódicos vinculados apenas a instituições da área da educação, mas também periódicos de outras áreas, como enfermagem ou psicologia. Para satisfazer os dois critérios apresentados, consideramos o perfil da instituição-sede de cada periódico; informação averiguada para cada periódico na sua página *online* do Scielo, ou nos *sites* próprios de cada periódico. Periódicos nacionais interdisciplinares foram incluídos e alocados na área em que obtiveram mais alta avaliação.

Após esta seleção, obtivemos o total de 192 revistas nacionais. Isso significa que, das quatro listas Qualis (uma para cada área), 192 revistas enquadraram-se nos critérios de seleção. Este foi o quantitativo geral de revistas contempladas no levantamento. Do total de 192 revistas, 42 (21,9%) são da psicologia, como mostra a Figura 1 (p. 59). Uma parte delas é avaliada como A1 (12 revistas), e outra parte como A2 (30 revistas), como consta na Figura 2 (p. 59).

Dentro dos critérios adotados, o volume de revistas da psicologia foi expressivo, quando consideramos que as outras 150 revistas (78,03%) são da educação, antropologia e sociologia, somadas. Todavia, cabe ressaltar que dentro destas três áreas a distribuição das revistas não é equânime.

A segunda etapa do levantamento consistiu na busca dos artigos. Para isso, utilizamos o acervo disponibilizado *online* nas páginas das revistas selecionadas, no Scielo. Quando por algum motivo não havia página ativa no Scielo, acessamos o acervo *online* da revista no seu próprio *site*. Não adotamos nenhum recorte temporal para a seleção dos artigos, portanto contemplamos todo o acervo disponibilizado virtualmente, independente da data de publicação dos artigos. Foram usados descritores “gerais” - ‘criança’, ‘crianças’, ‘infância’, ‘infâncias’ - e descritores “específicos” - ‘criança indígena’, ‘crianças indígenas’, ‘infância indígena’ e ‘infâncias indígenas’; totalizando oito descritores buscados nos resumos dos artigos. Isso possibilitou conhecer, simultaneamente, quais artigos tratam de infâncias e crianças indígenas e sua incidência no universo mais abrangente de artigos em psicologia sobre crianças, em geral.

Visto que foram adotados vários descritores, alguns artigos apareceram no levantamento por via de mais de um descritor. Por exemplo, um artigo pode ter sido identificado por meio do uso do termo ‘crianças’ e, também, por

meio do termo 'criança indígena' no seu resumo. Isso fez com que alguns artigos levantados tenham sido contabilizados mais de uma vez. Na verdade, isso não aconteceu com muitos artigos levantados, mas em termos metodológicos faz-se importante ressaltar o transcrito. Em face disso, doravante adotaremos "ocorrências de artigos", ou "aparições de artigos", para nos referirmos à quantidade de artigos identificada com cada descritor aplicado na busca. O termo 'artigos' será adotado depois que desconsideramos os artigos repetidos no levantamento.

A pesquisa gerou dados quantitativos que mostram as ocorrências de artigos sobre crianças e/ou infâncias indígenas em periódicos nacionais da psicologia, educação, antropologia e sociologia. Os dados daquela primeira área foram a prioridade da análise apresentada na seção seguinte. Depois, com a leitura integral dos artigos da psicologia, realizamos uma mirada qualitativa exclusivamente sobre a produção dessa área. Apresentamos exatamente os textos levantados, averiguamos os temas pesquisados, aporte teórico adotado, metodologia (com crianças? Sobre crianças?) e principais conclusões.

### **Crianças indígenas no Brasil: um panorama da produção acadêmica**

Os procedimentos metodológicos adotados nos permitiram levantar artigos que tratam de infâncias e/ou crianças indígenas. Considerando as quatro áreas contempladas, 6.264 artigos foram encontrados com o total de descritores, mas apenas 36 ocorrências (0,57% do total) referiam sua pesquisa a infância(s) e/ou criança(s) indígena(s); identificadas por meio de, no mínimo, um dos descritores específicos; como mostra a Figura 3 (p. 60).

Percebemos primeiramente um resultado alarmante que demonstra a escassez de artigos sobre essas crianças nos periódicos nacionais A1 e A2 da psicologia, educação, antropologia e sociologia. Este achado está em consonância com os trabalhos conduzidos por outras pesquisadoras (Silva, Silva & Martins, 2013; Prado, 2017). Prado (2017), por exemplo, realizou levantamento considerando um universo amostral similar de periódicos e utilizou versão anterior do Qualis. Naquela oportunidade, Prado também constatou a escassez de pesquisas que têm envolvido crianças de comunidades indígenas no Brasil. Considerando seus dados e os produzidos por nós, podemos deduzir que a falta de pesquisas na atualidade não é algo recente, mas vem se arrastando há tempos. Dá última avaliação Qualis para a mais atual no presente, considerada por nós, o panorama de pesquisas sobre/com crianças indígenas não se ampliou.

Já no caso da psicologia, de 2.946 artigos que ocorreram no levantamento, apenas 4 (0,13% da produção da área) tratam dessas crianças. Esse dado é exibido na Figura 4 (p. 60).

Como pode-se perceber, pelas Figuras 3 e 4, a produção geral sobre crianças indígenas é muito baixa (0,57%), mas a da psicologia é proporcionalmente ainda menor (0,13%) do que a incidência desse tema no geral das áreas contempladas. Esse resultado indica que educação, antropologia e/ou sociologia foram responsáveis por elevar um pouco a ocorrência de artigos sobre crianças indígenas. De toda forma, constatamos que as experiências e vivências das crianças em questão - sua participação na comunidade, suas culturas, sua saúde mental, suas brincadeiras, escolarização, educação, trabalho, suas relações com os mais velhos, sua socialização etc. - não representam nem 1% das publicações sobre criança(s)/infância(s) dos periódicos pesquisados.

Esta baixa quantidade de artigos pode ser indicadora do distanciamento geopolítico entre pesquisadores/as e comunidades indígenas, pois sabemos que a maioria dos periódicos brasileiros é sediada nas regiões Sudeste e Sul (Sidone, Haddad & Mena-Chalco, 2016); regiões de baixa densidade demográfica de grupos indígenas atualmente. Segundo a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) (2013), a região com maior número de indígenas reconhecidos é o Norte, em segundo lugar o Nordeste; seguidos por Centro-Oeste, Sudeste e Sul, nessa ordem. Isso dificultaria o

acesso de pesquisadores/as dessas duas últimas regiões a tais comunidades. Por outro lado, revistas não publicam exclusivamente artigos escritos por pesquisadores/as locais, nem exclusivamente sobre populações locais, havendo inclusive políticas de incentivo da diversidade institucional dos/as autores/as. Todavia, constatamos a baixa presença de crianças indígenas – na maioria, do Norte e Nordeste – nos artigos publicados pelas revistas selecionadas – na maioria, do Sudeste e Sul.

Também pelas Figuras 3 e 4 é possível deduzir que os descritores gerais usados no levantamento produziram um número altíssimo de ocorrências de artigos, quando comparados aos descritores específicos. Pela Figura 4, se na psicologia apenas 0,13% da publicação satisfaz o foco do levantamento, conseqüentemente, 99,87% foi identificado por meio de, no mínimo, um descritor geral. Esse dado nos leva a pensar que as crianças indígenas não estão sendo contempladas nas pesquisas de psicologia sobre/com crianças em geral, porém também é possível que elas estejam sendo incluídas dentro das pesquisas gerais sobre crianças. Reconhecemos esta possibilidade e já estamos trabalhando na continuidade da nossa pesquisa para averiguar esta informação. Todavia, a verdade é que, encobertas ou não pelos descritores gerais adotados, a ideia de pensar as infâncias indígenas em sua especificidade demanda justamente a desconstrução de haver “crianças em geral”, ou seja, de haver uma forma generalizante de abordar essa parte da população de crianças. Nesse sentido, o uso dos descritores específicos passa também por uma questão teórica e conceitual, e não apenas por uma decisão técnica no momento de redação dos resumos dos manuscritos.

Pela pesquisa realizada na psicologia, os descritores específicos aplicados geraram 4 artigos, sendo cada um identificado a partir de um único descritor específico, seja ‘criança indígena’, ‘crianças indígenas’, ‘infância indígena’ ou ‘infâncias indígenas’. Na psicologia não houve artigos identificados com mais de um descritor. Averiguamos, a partir dos critérios adotados, que a psicologia publicou até o momento apenas 4 artigos relativos à crianças(a) ou infância(s) indígena(s) nas revistas A1 e A2, de alta circulação e alcance no país, considerando os artigos disponibilizados nos acervos *online* das revistas. Estes quatro artigos estão listados nas referências do presente trabalho com vistas à divulgação dos mesmos. Na seção seguinte, eles são analisados para pensarmos sua contribuição pioneira para a psicologia.

## O QUÊ DIZEM OS ARTIGOS DA ÁREA DA PSICOLOGIA?

Foi realizada a leitura integral dos 4 artigos levantados para o presente trabalho. De forma geral é possível constatar, primeiramente, que o mais antigo data de 2003, e os outros datam dos anos de 2006, 2009 e 2012. A incidência desses artigos, a partir dos anos 2000, ainda que sendo poucos, não se refere a movimento exclusivo da psicologia, mas tem relação com fenômeno maior nas ciências humanas no país de produções acadêmicas sobre populações indígenas começarem a serem divulgadas nas revistas melhor avaliadas, principalmente, a partir desse período. Isso foi constatado também no levantamento entre as revistas da educação, antropologia e sociologia, as quais juntas publicaram artigos de 2002 a 2017 abordando tais infâncias. No levantamento realizado nas revistas da psicologia, não ocorreu nenhum artigo publicado após 2012.

Quanto à metodologia das pesquisas divulgadas nos artigos da psicologia, todos usaram trabalho de campo, realizando pesquisas empíricas com a participação das crianças. Um trabalho (Gosso, Morais & Otta, 2006) realizou observação com crianças, outro (Pinheiro & Frota, 2009) realizou entrevistas, escutando-as, buscando traduzir suas vozes para o conhecimento científico. Os outros dois artigos (Grubits, 2003; Grubits et al., 2012) possibilitaram

situações de grupo às crianças, realizando oficinas com metodologias diversas onde as crianças participantes produziram desenhos. Os mesmos foram usados como modo de acessar as experiências características dessas infâncias.

Quanto às etnias das crianças participantes, as pesquisas registradas em Grubits (2003) e Grubits et al. (2012) contaram com crianças Guarani/Kaiowá, Kadiwéu e Terena - do Mato Grosso do Sul, Guarani de Parelheiros - em São Paulo, e Guarani Mbya - também de São Paulo. A pesquisa de Gosso, Morais e Otta (2006) contou com crianças indígenas Paranowaona, de Ubatuba, em São Paulo. Pinheiro e Frota (2009) publicaram o único trabalho com crianças indígenas do Nordeste, as da etnia Jenipapo-Kanindé, do Ceará. Com um número de trabalhos tão pequeno, os povos indígenas das mais variadas regiões e etnias não são visibilizados adequadamente nas pesquisas psi. Sobre as abordagens teóricas adotadas nos artigos, percebemos que nem sempre as mesmas são explicitadas no texto, o que dificulta o entendimento sobre a forma de interpretação dos dados. Considerando nosso interesse pelos estudos da infância, percebemos que nenhum dos artigos nomeou-se explicitamente dentro desse campo. Porém, o trabalho de Pinheiro e Frota (2009) apresenta sua noção de infância/criança adotando autores/as, brasileiros/as e estrangeiros/as, que contribuem com esse campo e foi retomado no texto argumentos críticos à abordagem desenvolvimentista da criança - um movimento seminal à época da fundação formal dos estudos da infância. Para além disso, avaliamos que todos os artigos aqui apresentados figuram como contribuintes da psicologia para o campo interdisciplinar dos estudos da infância no Brasil.

Os temas pesquisados pelos artigos em psicologia foram os desenhos, a identidade, a cultura, as brincadeiras e a infância das crianças indígenas. Neste aspecto a psicologia distinguiu-se das publicações de outras áreas. Averiguamos que a educação, por exemplo, área que têm mais publicações relativas ao foco deste levantamento, tem predominantemente artigos sobre temas relacionados à educação/escolarização de crianças indígenas, tais como: didática, aprendizagem indígena, escolarização indígena e não-indígena, prática pedagógica, (in)acessibilidade da escolarização, educação do corpo.

Dois dos quatro artigos da psicologia foram escritos por Grubits, sendo o primeiro como única autora (Grubits, 2003) e o último não (Grubits et al., 2012). Tais artigos constituem, respectivamente, o mais antigo trabalho e o mais recente trabalho publicados em revistas de psicologia contempladas pelo levantamento. O artigo de Grubits publicado em 2003 intitula-se "A casa: cultura e sociedade na expressão do desenho infantil", e o publicado em 2012 "Semelhanças e diferenças nos desenhos de crianças indígenas brasileiras"; sendo este último em coautoria com Tardivo, Bonfin, Vizzotto, Freire, Noriega e Arias – pesquisadores/as de várias instituições. Nos dois artigos, os desenhos, pinturas e outras técnicas expressivas produzidas em grupo são analisados para pensar a cultura, sociedade e identidade dessas crianças. Em Grubits (2003), o desenho da casa, por exemplo, é visto como "um suporte onde se misturam e se cruzam os valores do objeto e os valores da pessoa, no momento presente, integrando o passado e a história pessoal, com aspectos sociais e culturais propriamente ditos" (p.105). O texto apresenta estudo de caso descrevendo particularidades da visão das crianças participantes sobre sua sociedade e cultura. Já Grubits et al. (2012) apresenta "os resultados de três pesquisas sobre a identificação de características socioculturais e psicológicas contidas em desenhos de crianças indígenas brasileiras" (p.462). Este trabalho traz uma contribuição específica por reunir dados sobre crianças de povos indígenas diferentes, tecendo uma discussão sobre suas características marcantes, e abordando tais crianças a partir do seu pertencimento a grupo *geracional* específico; o qual as distinguem entre si e entre crianças de outros contextos socioculturais. Juntas, as investigações concluem que

crianças de diferentes comunidades indígenas brasileiras apresentaram modos distintos de construção de sua identidade, mesmo que sejam grupos da mesma etnia. Há também constatações, por meio das brincadeiras e dos desenhos de crianças indígenas de algumas comunidades, de que elas estão, mais do que outros agrupamentos, vivenciando transformações culturais por influência de sociedades não-índias. Segue:

“mesmo com o esforço de manutenção de suas culturas e tradições, a proximidade das comunidades estudadas dos centros urbanos e o fácil acesso aos meios de comunicação têm forte interferência nas culturas indígenas, o que é bastante evidenciado nos desenhos dos Terena e nos Guarani Mbyá de São Paulo. Essa interferência têm indicado dificuldades ou conflitos psicológicos, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento da identidade dessas pessoas”. (Grubits et al., 2012, p.471).

Um terceiro artigo levantado é de Gosso, Morais e Otta (2006) e intitula-se “Pivôs utilizados nas brincadeiras de faz-de-conta de crianças brasileiras de cinco grupos culturais”. Como o título indica, as crianças indígenas constituíram apenas um dos grupos de crianças participantes da pesquisa. Assim como os desenhos nos trabalhos de Grubits, partiu-se do pressuposto de que “as crianças refletem nas brincadeiras sua individualidade e os valores de sua cultura” (Gosso, Morais & Otta, 2006, p.17). Os pivôs - elementos naturais, utensílios e brinquedos que estimulam o exercício lúdico no brincar - escolhidos pelas crianças são diretamente ligados aos elementos naturais disponíveis e remetiam a práticas culturais do seu grupo social. Assim, as crianças indígenas escolheram mais frequentemente como pivôs utensílios tais como “caixas, sacos plásticos, pedaços de madeira e prego” (Gosso, Morais & Otta, 2006, p.22); o que foi interpretado como sinal da familiaridade das crianças com tais objetos, já que estão sempre junto aos adultos no uso desses materiais e também trabalham com as famílias desde cedo.

O quarto artigo a ser apresentado foi escrito por Pinheiro e Frota (2009) e é intitulado “Uma compreensão da infância dos índios Jenipapo-Kanindé a partir deles mesmos: um olhar fenomenológico, através de narrativas e desenhos”. As autoras escutaram em entrevista adultos e crianças para caracterizar a experiência de infância, bem como conhecer as mudanças pelas quais a infância da etnia em questão vêm passando ao longo do tempo. Informações sobre as brincadeiras e a escolarização das crianças são fornecidas para caracterizar sua infância atualmente. O artigo demonstra as transformações que a cultura vem sofrendo, corroborando para a desconstruir a imagem do senso comum das sociedades indígenas como “atrasadas” ou “paradas no tempo”. Com o levantamento realizado, identificamos um volume mínimo de artigos publicados, até o momento, nas revistas científicas A1 e A2 de psicologia do país. Já foram feitos na psicologia trabalhos anteriores de estado da arte sobre o assunto aqui abordado. Ferraz e Domingues (2016), fizeram também um levantamento bibliográfico, mas adotaram outros parâmetros de busca - usaram as palavras-chave ‘indígena’, ‘índio’ e ‘psicologia’ para levantar artigos nas plataformas *online* PePSIC (Periódicos Eletrônicos de Psicologia) e SciELO (*Scientific Electronic Library Online*) no período de 2013, acessando todo o acervo disponível *online*. O foco da busca bibliográfica foi mais abrangente pois mapeou os dados produzidos pela psicologia brasileira acerca dos povos indígenas sem recorte geracional específico. As autoras encontraram 25 artigos, dos quais 5 tratavam da infância, adolescência e juventude indígenas, e mais 3 comparavam aquelas com as de grupos não-indígenas. Destes 8 artigos, o de Pinheiro e Frota (2009) e de Gosso, Morais e Otta (2006) foram identificados também por nós. Grubits constou em ambos os levantamentos, porém os artigos dessa autora identificados por Ferraz e Domingues (2016) não foram os mesmos que os identificados por nós na presente pesquisa, e isso se deve principalmente pelo foco na infância adotado por nós. É relevante salientar que as diferenças entre os resultados de nossas pesquisas indicam a influência da escolha metodológica na produção dos resultados,

mesmo que os esforços e intenções sejam semelhantes. Além disso, deve-se considerar que ambos os levantamentos contemplaram apenas uma parte dos artigos publicados, realizando então recortes sobre a produção científica divulgada nacionalmente, não incluindo por exemplo as pesquisas divulgadas em teses, dissertações ou livros publicados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a finalização da pesquisa bibliográfica, averiguamos que os periódicos A1 e A2 de psicologia do país vêm publicando pouquíssimos trabalhos sobre as novas gerações dos povos indígenas. Isso pode ocorrer porque são realmente poucas as investigações conduzidas e/ou porque elas não publicaram seus resultados nos periódicos em questão.

Sabemos que a história da psicologia engendrou-a como uma ciência nomeadamente urbana, dedicada em produzir um fazer científico e profissional voltado para as populações das grandes cidades. A maioria dos povos indígenas no Brasil, por sua vez, não está nas áreas urbanas. Conforme o mais recente censo populacional indígena disponível (FUNAI, 2013), 57,7% da população indígena no país vive em terras indígenas, e os outros 42,3% mora fora dos limites territoriais indígenas. Os indígenas também não constituem historicamente o público-alvo clássico da psicologia como ciência e profissão. Enfrenta-se, então, a necessidade de construção teórico-metodológica de abordagens e técnicas para se pensar essa população com vistas ao não cometimento de posturas colonizadoras por parte do saber ou prática psi. Um dos artigos apresentados na seção anterior sinaliza demandas para a área:

“investigações psicológicas em populações consideradas minorias étnicas requerem atenção a respeito dos modelos teóricos adotados, dos instrumentos de avaliação e dos delineamentos de pesquisa utilizados. Assim, entende-se que há necessidade de estudos que se preocupem especificamente com a validação das técnicas de avaliação e intervenção para tais populações”. (Grubits et al., 2012, p.472).

Além disso, há ainda a questão dos meios de publicação do conhecimento psi. Hoje a divulgação do conhecimento científico nos periódicos melhor avaliados constitui-se como verdadeira problemática, dada a dificuldade de publicação nestas revistas. São muitas as causas que geram esse fenômeno, mas possivelmente a escassez de pesquisas não justifica totalmente a baixa quantidade de artigos encontrados. Certamente, há também outras questões envolvidas para a produção desta realidade.

Indicamos o dossiê intitulado ‘Psicologia, povos e comunidades tradicionais e diversidade etnocultural’ da revista *Psicologia: ciência e profissão*; uma revista que foi incluída em nosso levantamento e lançou tal dossiê posteriormente à realização da nossa pesquisa. Infelizmente, o referido número não contém artigo algum sobre crianças e/ou infâncias indígenas, especificamente. Fora da área psi, consta recentemente o dossiê intitulado ‘Crianças e infâncias indígenas’ da *Revista de Antropologia da Universidade Federal de São Carlos (R@U)*, uma revista que não constou em nossa pesquisa, e lançou tal número após a realização do nosso trabalho, mas contempla muito especificamente o foco adotado.

Como conclusão, constatamos que as comunidades indígenas permanecem recebendo pouca atenção para com seu grupo *geracional* da infância, seja pelas pesquisas em psicologia ou em outras áreas das ciências humanas. A pouca visibilidade das infâncias indígenas nas pesquisas com crianças abafa perspectivas alteritárias e dissidentes da visão destas comunidades sobre sua infância. Com o apagamento dos coletivos indígenas – inclusive pelo saber

acadêmico – perde-se a oportunidade de enfrentar a marginalização direcionada por setores da sociedade a tais povos e suas infâncias. Isso ocorre também, historicamente, com a infância pobre dos grandes centros urbanos; e sabe-se que isso contribui para o mau tratamento do Estado à tal população (Libardi & Castro, 2018). Por outro lado, o conhecimento acadêmico sobre essas populações, se feito de forma respeitosa na relação com elas, pode ajudá-las a visibilizar seus modos de cuidar dos mais jovens e de manter sua cultura. Isso poderia fortalecer a luta das aldeias e diminuir o olhar preconceituoso com que muitas vezes essas crianças são abordadas, por exemplo, por equipamentos da assistência social do Estado.

O trabalho demonstrou a pouca visibilidade desse grupo geracional, étnico e racial, permitindo constatar que a psicologia precisa cada vez mais dedicar-se à escuta de crianças indígenas em contextos de pesquisa. Após a finalização do trabalho, apontamos a relevância de chamadas, dossiês ou outros tipos de incentivos editoriais em psicologia para o incremento de estudos sobre determinados temas, bem como apostamos no crescente diálogo com outras áreas do conhecimento visando uma abordagem interdisciplinar; fundamental para fazer pesquisa com e sobre crianças indígenas.

## Referências

- Alanen, L. (2001). Explorations in generational analysis. In Alanen, L., & Mayall, B. (Orgs.). *Conceptualizing child-adult relations*. London, New York: Routledge, pp.11-22.
- Almeida, M. R. C de (2010). *Os índios na história do Brasil* (4a ed.). Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Borges, P. H. P. (1999). Uma visão indígena da história. *Cadernos CEDES*, Campinas, Vol. 49, 92-106. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-32621999000200008>.
- Brostolin, M. R., & Cruz, S. de F. (2011). Criança Terena: algumas considerações a respeito de suas representações identitárias e culturais. In Nascimento, A. C. et al. (Orgs). *Criança indígena: diversidade cultural, educação e representações sociais*. Brasília: Liber Livro, pp.157-179.
- Cohn, C. (2013). Concepções de infância e infâncias: um estado da arte da antropologia da criança no Brasil. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, Vol.13, pp.211-234. DOI: . Acesso em: 9 set. 2020.
- Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 (2007). Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Recuperado de: . Acesso em: 1 nov. 2019.
- Domingues-Lopes, R. de C., Oliveira, A. da C., & Beltrão, J. F. (2015). O lúdico em questão: Brinquedos e brincadeiras indígenas. *Desidades: Revista Eletrônica de Científica da Infância e Juventude*, No.6, pp.25-39. Disponível em: . Acesso em: 21 abril. 2020.
- Ferraz, I. T., & Domingues, E. (2016). A Psicologia Brasileira e os Povos Indígenas: Atualização do Estado da Arte. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Vol. 36, No. 3, pp.682-695. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703001622014>.

- Fundação Nacional do Índio (FUNAI) (2013). *Distribuição espacial das populações indígenas*. Disponível em: < [http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/ascom/2013/img/12-Dez/encarte\\_censo\\_indigena\\_02%20B.pdf](http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/ascom/2013/img/12-Dez/encarte_censo_indigena_02%20B.pdf)>. Acesso em: 22 jul. 2018.
- Gosso, Y., Morais, M. de L. S., & Otta, E. (2006). Pivôs utilizados nas brincadeiras de faz-de-conta de crianças brasileiras de cinco grupos culturais. *Estudo em Psicologia* (Natal), Vol. 11, No. 1, pp.17-24. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2006000100003>
- Grubits, S. (2003). A casa: cultura e sociedade na expressão do desenho infantil. *Estudo em Psicologia*, No. 8, pp.97-105. Disponível em: . Acesso em: 21 abril. 2020.
- Grubits, S., Tardivo, L. S. de La P. C., Bonfin, T., Vizzotto, M., Freire, H. B. G., Noriega, J. A. V., & Arias, G. (2012). Semelhanças e diferenças nos desenhos de crianças indígenas brasileiras. *Avaliação Psicológica*, Vol. 11, No.3, pp.461-474. Disponível em: . Acesso em: 21 abril. 2020.
- Libardi, S. S., & Castro, L. R. de. (2018). A proteção da infância no Brasil: uma visão crítica das relações intergeracionais. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Vol. 17, pp.895-914. Disponível em: . Acesso em: 13 out. 2020.
- Marques, M. I. M. (2002). O conceito de espaço rural em questão. *Terra Livre*, No. 19, pp.95-112. Disponível em: . Acesso em: 21 abril. 2020.
- Pinheiro, S. L., & Frota, A. M. M. C. (2009). Uma compreensão da infância dos índios Jenipapo-Kanindé a partir deles mesmos: um olhar fenomenológico, através de narrativas e desenhos. *Estudo e Pesquisa em Psicologia*, Vol. 9, No. 3, pp.724-759. Disponível em: . Acesso em: 21 abril. 2020.
- Prado, R. L. C. (2017). O silêncio de grupos específicos de crianças em pesquisas. *Educar em Revista*, No. 64, pp.215-230. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.48216>.
- Sidone, O. J. G., Haddad, E. A., & Mena-Chalco, J. P. (2016). A ciência nas regiões brasileiras: evolução da produção e das redes de colaboração científica. *TransInformação*, Campinas, Vol. 28, No. 1, pp.15-31, jan./abr. DOI: <https://doi.org/10.1590/2318-08892016002800002>.
- Silva, A. L. da, Macedo, A. V. L. da S., & Nunes, Â. (Orgs.) (2002). *Crianças indígenas: ensaios antropológicos*. São Paulo: Global.
- Silva, R. C. da (2013). Mau-olhado e quebranto: o que podemos aprender com os povos indígenas sobre suas crianças mesmo quando eles desconfiam de nossa educação infantil? In Silva, I. de O. e, Silva, A. P. S. da, & Martins, A. A. (Orgs.). *Infâncias do Campo*. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora.

Silva, I. de O. e, Silva, A. P. S. da, & Martins, A. A. (2013). Infâncias no e do campo: como as crianças vivem, brincam, estudam e compartilham experiências? In Silva, I. de O. e, Silva, A. P. S. da, & Martins, A. A. (Orgs.). *Infâncias do Campo*. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora.

Tarena, M. (2003). Posso ser o que você é, sem deixar de ser quem sou. In Ramos, M. N., Adão, J. M., & Nascimento, G. M. (Orgs.). *Diversidade na educação: Reflexões e experiências*. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica.

Wyness, M. (2003). Children's participation and intergenerational dialogue: bringing adults back into the analysis. *Childhood*, Vol. 20, No. 4, pp.429-442. DOI: <https://doi.org/10.1177/0907568212459775>

Zoia, A., & Peripolli, O. J. (2010). Infância indígena e outras infâncias. *Espaço Ameríndio*, Vol. 4, No. 2, pp.9-24. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-6524.12647>

## Notas

<sup>1</sup> Agradecimentos: às pesquisadoras integrantes do Grupo de Leitura em Estudos da Infância do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Diversidades e Educação no Sertão Alagoano (NUDES) pela colaboração na execução da pesquisa mais ampla que gerou o presente trabalho. Apoio: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL).

### Lista de Figuras

Figura 1

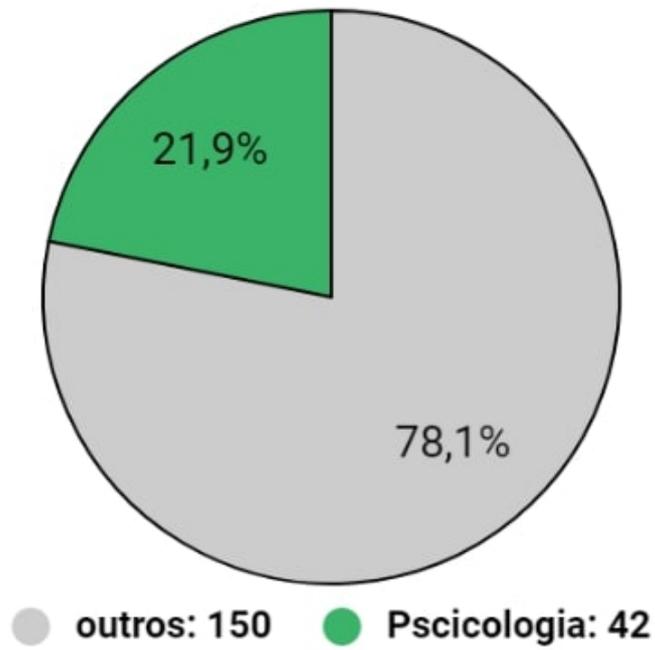


Figura 2

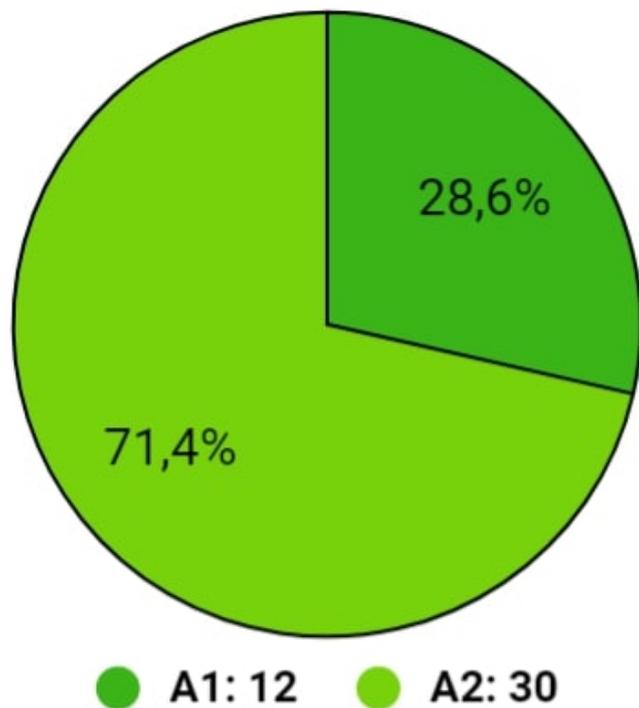


Figura 3

- Descritores gerais (99,43%)
- Descritores específicos Indígenas (0,57%)

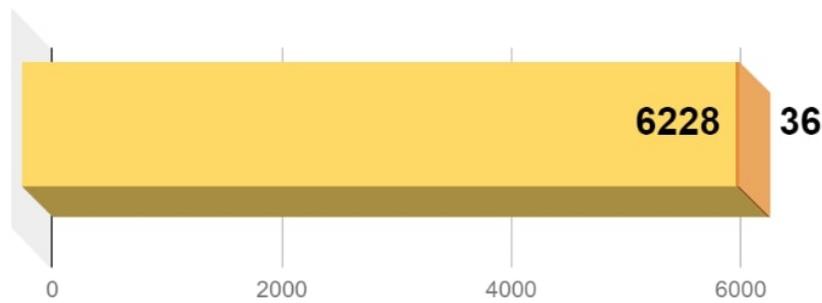


Figura 4

- Descritores específicos Indígenas (0,13%)
- Descritores gerais (99,87%)

